

# **MEDIDAS** TRIBUTÁRIAS

# **INFORMATIVO COVID-19**

Nesse período somos bombardeados por inúmeras informações, como alterações legislativas e promessas governamentais de auxílio aos cidadãos brasileiros, sejam autônomos, informais, trabalhadores, empresários e empresas.

A intenção desse informativo é auxiliar as empresas e os seus empresários a como operacionalizar as medidas de ajuste tributário promulgadas em decorrência da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus.

# CONTEÚDO

SIMPLES NACIONAL

PARCELAMENTO

**FGTS** 

ORIENTAÇÕES













# SIMPLES NACIONAL

# ADIAMENTO DO PAGAMENTO

Em 03 de abril de 2020, movido pelos acontecimentos que se propagam rapidamente no cenário econômico atual, o Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) formalizou a Resolução n.º 154 (complementando a Resolução nº 152), alargando as medidas em favor das empresas que aufiram receita bruta anual de até R\$ 4,8 milhões e que optem por tal regime compartilhado de arrecadação.

Deste modo, o Microempreendedor Individual, além das Micro e Pequenas Empresas (MEI, ME e EPP), optantes pela tributação conferida pelo Simples, podem prorrogar não só o pagamento dos tributos federais (IRPJ, IPI, CSLL, COFINS, PIS/PASESP e CPP), mas, também, os estaduais (ICMS) e municipais (ISS).

A resolução dividiu o pagamento em dois grupos: A. Micro Empresário Individual (MEI); B. Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

### MEI = TODOS OS IMPOSTOS

Vencimento 20 de abril - Pagamento 20 de outubro

Vencimento 20 de maio - Pagamento 20 de novembro

Vencimento 20 de junho - Pagamento 20 de dezembro

### ME/EPP = TRIBUTOS FEDERAIS

Vencimento 20 de abril - Pagamento 20 de outubro Vencimento 20 de maio - Pagamento 20 de novembro Vencimento 20 de junho - Pagamento 20 de dezembro

# ME/EPP = TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

Vencimento 20 de abril - Pagamento 20 de julho Vencimento 20 de maio - Pagamento 20 de agosto Vencimento 20 de junho - Pagamento 20 de setembro



# COMO OPERACIONALIZAR ENTÃO?!

### SIMPLES NACIONAL

Conforme pode-se entender da Resolução em questão, o contribuinte, no momento do preenchimento da guia de pagamento nos meses de abril, maio e junho, por meio da plataforma PGDAS-D ou da PGMEI, encontrará dois Documentos de Arrecadação do SN (DAS):

# WE | CUIA DE TRIBUTOS FEDERAIS Vencimentos outubro, novembro e dezembro Vencimentos outubro, novembro e dezembro ME / EPP GUIA DE TRIBUTOS FEDERAIS Vencimentos outubro, novembro e dezembro Vencimentos outubro, novembro e dezembro Vencimentos outubro, novembro e dezembro Vencimentos julho, agosto e setembro

É importante observar que valores atrasados, como, por exemplo, os encargos devidos pelo período de apuração de fevereiro de 2020, com vencimento para o mês de março do mesmo ano, continuam sendo devidos, não ocorrendo a suspensão.

Ademais, outras medidas promovidas pelo CGSN estão estampadas pela Resolução n.º 153, de 25 de março de 2020, trazendo a <u>prorrogação do prazo para apresentação da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis)</u>, referente ao ano de 2019, para 30 de junho de 2020. Além de, para o caso do MEI<u>, fica adiado para a mesma data a apresentação da Declaração Atual Simplificada (DASN – Simei).</u>



# **PARCELAMENTOS**

### RECEITA FEDERAL OU PROCURADORIA

A Portaria 103, de 17.03.2020, do Ministério da Economia e a Portaria 7.821, de 18.03.2020, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional estabeleceram a suspensão, **por 90 dias**, dos procedimentos de rescisão de parcelamentos por inadimplência, ficando impedido, assim, pelo referido prazo (90 dias), o início de procedimentos de exclusão de contribuintes de parcelamentos administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em razão da inadimplência de parcelas.

A nós nos parece, pelo menos nessa primeira leitura, como já destacamos acima, que essas mencionadas Portarias não isentam o contribuinte do pagamento dos seus parcelamentos em curso, mas apenas impedem, pelo prazo de 90 dias, a partir de 18.03.2020, que, diante de eventual inadimplência de parcelas do acordo nesse período, sejam implementadas, pela Fazenda Federal, medidas que tenham por fim o rompimento do parcelamento celebrado.

De modo que não fica impedida, pelo contrário, a Fazenda Federal, de, passados os 90 dias, e havendo inadimplemento de parcelas, iniciar o procedimento objetivando a rescisão do parcelamento.

Há a possibilidade, também, de **NOVO** 

PARCELAMENTO autorizado e instituído pelas Portarias 103, de 17.03.2020, do Ministério da Economia e 7.820, de 18.03.2020, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com condições bastante favoráveis aos contribuintes, objetivando auxiliá-los na superação da crise econômica causada pela pandemia do coronavírus e pelas medidas de isolamento social determinadas para contê-la.





# COMO OPERACIONALIZAR ENTÃO?!

### NOVO PARCELAMENTO

O art. 2°, inciso II, da Portaria 103 do Ministério da Economia autoriza a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional a oferecer proposta de **TRANSAÇÃO POR ADESÃO** referente a débitos inscritos em dívida ativa da União, mediante pagamento da entrada de, no mínimo, 1% (um por cento) do valor total da dívida, com diferimento de pagamento das demais parcelas por noventa dias, observando-se o prazo máximo de até oitenta e quatro meses ou de até cem meses para pessoas naturais, microempresas ou empresas de pequeno porte, bem como as demais condições e limites estabelecidos na Medida Provisória 899, de 16 de outubro de 2019.

Regulamentando essa autorização dada pela Portaria 103 à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, editou, a PGFN, a Portaria 7.820, que disciplina os procedimentos, os requisitos e as condições necessárias à realização da transação extraordinária na cobrança da dívida ativa da União, SOMENTE PODENDO SER REALIZADAS ESSA TRANSAÇÃO PARA OS DÉBITOS JÁ INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.

ENTRADA 1% do valor total dos débitos, que pode ser divido em 3 parcelas\* iguais e sucessivas.

SALDO 97 meses\* p/ pessoa física, empresário individual, ME ou EPP.

81 meses\* p/ os demais casos.

57 meses\* p/ os casos que o débito tributário (i) contribuição social incidente sobre a folha de salários (art. 195, I, "a", da CF) ou (ii) de contribuição social do trabalhador e dos demais segurados da previdência social (art. 195, II, da CF

A ADESÃO À PROPOSTA DE TRANSAÇÃO DEVERÁ SER FEITA, EXCLUSIVAMENTE PELO ACESSO

A PLATAFORMA REGULARIZE da PGFN (www.regularize.pgfn.gov.br).

<sup>\*</sup>As parcelas, da entrada e do saldo, não poderão ser inferiores a R\$ 100,00 (pessoa física, empresário individual, microempresa ou empresa de pequeno porte) ou inferiores a R\$ 500,00 (demais casos).



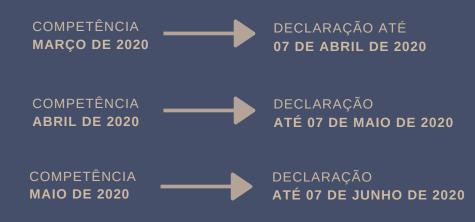
# FGTS

### SUSPENSÃO DO RECOLHIMENTO

Outra ferramenta importante no contexto contemporâneo e que impacta diretamente as relações trabalhistas é o diferimento da quantia depositada no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) pelo prazo de 3 meses, providência retratada pela Medida Provisória n.º 927, de 22 de março de 2020.

Assim, fica suspensa a exigibilidade do recolhimento pelos empregadores referente às competências de março, abril e maio de 2020, que teriam vencimento em abril, maio e junho de 2020, respectivamente.

Os arts. 19 e seguintes da mencionada Medida Provisória trazem certos apontamentos sobre o tema, estipulando que qualquer empregador poderá utilizar de tal alternativa independe o número de colaboradores, o regime de tributação, a natureza jurídica e o ramo de atividade econômica.



Porém, certos pontos devem ser observados para a correta implementação da medida no negócio.

Vamos a eles.



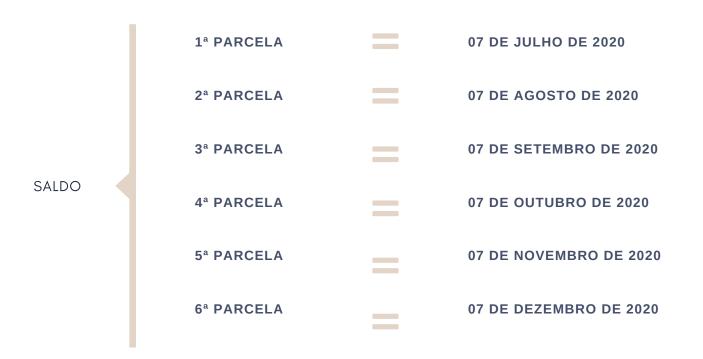
# COMO OPERACIONALIZAR ENTÃO?!

# FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO

Mesmo optando pela suspensão do pagamento fundiário, os empregadores deverão acessar o sistema de recolhimento, declarando as informações necessárias até o dia 7 de cada mês, como apontado acima.

Contudo, a empresa que perder o prazo para declaração das competência <u>TERÁ A DATA LIMITE</u>

<u>DE 20/06/2020</u> para encaminhar os dados via portal, contemplando, assim, a suspensão dos recolhimentos na forma especificada.



Por fim, vale ressaltar que para o caso de ocorrer a rescisão do contrato de trabalho no curso de tal período, o patrão estará obrigado a recolher os valores do FGTS que ficarem suspensos, além do pagamento de demais verbas rescisórias. Para tal caso, também não haverá incidência de multa e encargos, desde que o empregador tenha feito todo o procedimento no prazo legal.



# **CERTIDÕES NEGATIVAS**

### TRIBUTOS FEDERAIS

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio da Portaria Conjunta 555, de 23 de março de 2020, prorrogaram por 90 dias o prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e das Certidões Positivas com Efeitos de Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND) válidas na data da publicação da referida Portaria Conjunta.

# RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUSPENSÃO DO EXPEDINTE

A Receita Federal, por meio da Portaria 543, de 20.03.2020, suspendeu prazos para a prática de atos processuais e procedimentos administrativos e restringiu, até 29 de maio, o acesso a diversos serviços por ela prestados, mediante agendamento prévio obrigatório. Demais disso, estabeleceu novas regras para o atendimento presencial, em caráter temporário.

# IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF

ISENÇÃO DE IMPOSTOS

Por meio do Decreto 10.305, de 01.04..2020, foi decretada a isenção, por 90 dias, do IOF incidente sobre as operações de crédito.



# ARARAQUARA/SP

araraquara@advfl.com.br

Av. Fernando Rodrigo Grilo, 270 - 10ª andar

14801-534

+55 16 3010-7888

+55 16 3336-0246

# DESCALVADO/SP

descalvado@advfl.com.br

Rua XV de novembro, 750

13690-000

+55 19 3583-1879

+55 19 3583-2850









ADVOCACIA FRANCO DE LIMA



ADVFL.COM.BR

